

A QUESTÃO SOCIAL PELA LENTE DAS REBELIÕES E INSURGÊNCIAS SUBALTERNAS CONTRA O EXTRATIVISMO: QUANDO AS DESIGUALDADES SOCIAIS NÃO SÃO SILENCIOSAS

*The social question through the lens of
subaltern rebellions and insurgencies
against extractivism: when social inequities are not
silent*

Kátia Iris Marro*

Universidade Federal Fluminense

Resumo

A partir da compreensão de que as lutas sociais das classes subalternas fazem parte dos fundamentos da questão social, buscamos explorar algumas consequências teóricas e políticas dessa afirmação, sobretudo no que diz respeito aos conflitos e resistências que perpassam o conjunto de desigualdades sociais que se tornam visíveis nos seus processos de auto-organização. Tendo como referência um conjunto de lutas sociais contra o extrativismo no Brasil e na América Latina, propomos analisar algumas expressões da questão social que derivam dessa dinâmica particular de acumulação e expropriação capitalista, os momentos de antagonismo social produzidos por esses sujeitos, assim como suas leituras críticas à luz das formas de intervenção e enfrentamento acionadas pelo Estado. Compreendemos que estes debates são importantes para a atuação profissional dos assistentes sociais na medida em que as dimensões coletivas e conflitivas das expressões da questão social que configuram demandas cotidianas, ou as próprias lutas das classes subalternas, ainda compõem pouco nas nossas análises e estratégias.

PALAVRAS-CHAVE: Lutas sociais. Extrativismo. Questão social. América Latina. Classes subalternas.

Abstract

Based on the understanding that the social struggles of subaltern classes are a part of the foundations of the social question, we seek to explore some of the theoretical and political consequences of that statement, especially with respect to conflicts and resistances that span the set of social inequities that become apparent in their self-organization processes. With a set of social struggles against extractivism in Brazil and Latin America as a reference, we propose analyzing some forms of the social question which derive from that particular capitalist accumulation and expropriation dynamics, the moments of social antagonism generated by those subjects, as well as their critical readings in the light of the forms of intervention and engagement carried out by the State. We understand these debates are important to social workers' professional activity, as the collective and conflictive dimensions of the social question that configure daily demands, or the struggles of the subaltern classes themselves, still have little presence in our analysis and strategies.

KEYWORDS: Social struggles. Extractivism. Social question. Latin America. Subaltern classes.

Introdução

Apesar de reconhecermos as lutas sociais como parte dos fundamentos da questão social, é possível afirmar que no debate profissional do Serviço Social das últimas décadas, temos exercitado pouco este ângulo de reflexão, ora porque prevalecem como uma referência genérica, ora

porque os sujeitos coletivos concretos remetem a uma referência abstrata da classe trabalhadora, ora porque não se estabelecem as relações concretas que existem entre essas lutas e as demandas cotidianas postas para os Assistentes Sociais. Mais do que um limite intrínseco à categoria profissional, diversas obras de referência vêm identificando esse paulatino abandono da relação do Serviço Social com as lutas e os processos organizativos das classes subalternas característico das últimas três décadas, como uma expressão concreta da sua própria dinâmica defensiva numa conjuntura extremamente adversa à resistência dos *de baixo*.

A partir desta leitura, analisamos algumas lutas sociais das classes subalternas do Brasil e da América Latina contemporânea, decifrando sua capacidade para enfrentar o padrão primário exportador que dá o tom à acumulação ampliada do capital no continente. Este é o ponto de partida para refletirmos sobre expressões da questão social que derivam dessa dinâmica particular de acumulação e expropriação capitalista, os momentos de antagonismo social ou os processos de auto-organização protagonizados por esses sujeitos, assim como suas leituras críticas sobre as formas de intervenção e enfrentamento acionadas pelo Estado e pelas classes dominantes frente a esse conjunto de desigualdades e conflitos. Nessa direção, trazemos para o debate os limites da equação extrativismo x expansão de políticas sociais que caracteriza alguns governos críticos do neoliberalismo no período 2000-2015.

Questão Social e Lutas Sociais das classes subalternas

Um conjunto de obras de referência para o Serviço Social¹ - que situam o significado da profissão na reprodução das relações sociais na sociedade capitalista - nos permitem compreender as lutas sociais como parte dos fundamentos da questão social. Quais são as consequências teóricas e políticas dessa afirmação?

A partir da emergência do capitalismo monopolista nos países centrais, a questão social é reconstruída tendo como referência dois fenômenos relacionados que se manifestam com força, sobretudo, desde a primeira metade do século XIX: o pauperismo e as lutas do proletariado contra a burguesia. Dessa forma, a questão social se expressa nessa dinâmica antagônica e conflitiva das relações sociais capitalistas. De um lado, ela expressa os processos de pauperização (relativa e absoluta) e a produção de uma população excedente para as necessidades de acumulação do capital, como componentes *necessários* e *constitutivos* da dinâmica histórica de exploração dessa ordem social. Produto da lei geral da acumulação capitalista, analisada por Marx (1981), o pauperismo cresce em proporção inversa ao desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e à produção de riqueza. Por outro lado, a eclosão das rebeliões operárias neste mesmo cenário - desde o movimento luddista que destrói as máquinas da revolução industrial, passando pelos cartistas que levantam as bandeiras da democracia política, até a formação de uma classe operária com graus importantes de consciência da sua força autônoma, para meados do século

XIX - lembram que o pauperismo não produz desigualdades *silenciosas*. Daí que nas obras que utilizamos como referência:

[...] a questão social tem a ver com a emergência da classe operária e seu ingresso no cenário político, por meio das lutas desencadeadas em prol dos direitos atinentes ao trabalho, exigindo seu reconhecimento como classe pelo bloco do poder, e em especial, pelo Estado. Foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública, exigindo a interferência do Estado, para o reconhecimento e legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos (IAMAMOTO, 2001, p.17).

A designação desse pauperismo pela expressão “questão social” relaciona-se diretamente aos seus desdobramentos sócio-políticos [...]. Foi a partir da perspectiva efetiva de uma reversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se “questão social” [...]. As vanguardas trabalhadoras ascenderam, no seu processo de luta, à consciência política de que a “questão social” está necessariamente colada à sociedade burguesa: somente a supressão desta conduz à supressão daquela (NETTO, 2001, p. 43 e 45).

Esta perspectiva teórico-metodológica vem sendo enfatizada nos debates promovidos pelo GTP Serviço Social e Movimentos Sociais (GTP SS e MS) da ABEPSS², no sentido de explicitar as consequências teóricas e políticas de afirmar as lutas sociais como parte dos fundamentos da questão social. Observemos alguns desses caminhos possíveis de reflexão:

1. Se as expressões da questão social estão permeadas de luta e resistência, portanto, são atravessadas por traços conflitos e antagônicos que perpassam a definição e implementação das políticas sociais, será que esses antagonismos têm lugar nas nossas análises e intervenções profissionais? Tal como aponta lamamoto (2008), é importante superarmos uma leitura que invisibiliza as rupturas, as dimensões de classe, coletivas e conflitivas nas expressões da questão social.
2. Se a manifestação (publicização) das expressões da questão social se relacionam com o protagonismo dos sujeitos subalternos (exemplo: a fome ou a falta de terra se torna um problema que demanda a intervenção do Estado, quando movimentos de desempregados ou trabalhadores sem terra se organizam), será que como assistentes sociais valorizamos essas formas de auto-organização que as classes subalternas ensaiam frente ao conjunto de desigualdades sociais que configuram demandas profissionais, politizando-as e vinculando-as com os processos de exploração e expropriação?
3. Será que as nossas leituras sobre as políticas sociais dialogam com as críticas que estes sujeitos coletivos ensaiam frente às formas de enfrentamento da questão social acionadas pelo Estado³?

Nesses debates promovidos por um conjunto de pesquisadoras/es no seio do GTP SS e MS, vêm sendo apontados desafios que se relacionam com a necessidade de compreender a gênese da questão social à luz das particularidades nacionais e latino-americanas, dando visibili-

¹ lamamoto e Carvalho (1986); Netto (1997); lamamoto (2001); Netto (2001).

² Marro, Abramides, Guimarães *et al* (2022).

³ Cf. também Marro (2013); Marro e Duriguetto (2016).

dades às suas bases sócio-históricas (próprias de um capitalismo dependente) e aos seus sujeitos de resistência (SOARES, 2020).

As lutas e resistências que criaram momentos de antagonismo com a emergente sociedade burguesa e deram forma concreta às expressões da questão social, impactando nas estratégias de enfrentamento do Estado, merecem ganhar maior relevo histórico nas nossas produções teóricas: identificando o protagonismo de rebeliões negras, indígenas, populares, que inclusive se fusionaram e deram rosto concreto às massas trabalhadoras e subalternas e subalternas na nossa particularidade nacional (MARRO, ABRAMIDES, GUIMARÃES *et al*, 2022, p. 266).

Também se destacam desafios no que tange às nossas leituras contemporâneas das expressões da questão social, pois apesar de referenciar as lutas sociais como parte dos seus fundamentos, as perguntas apontadas linhas atrás - que remetem às demandas, estratégias de atuação profissional, compreensões teóricas que se abrem a partir do vínculo com esses sujeitos coletivos - ainda são pouco exercitadas entre nós. Tendo como referência esta perspectiva teórico-metodológica, buscaremos refletir, a partir de um conjunto de lutas e movimentos das classes subalternas contra o neoextrativismo, sobre os traços de resistência das expressões da questão social que se manifestam nesse contexto.

A ofensiva neoextrativista e a agudização da questão social⁴

Boa parte das expressões da questão social que estão na base de configuração de um conjunto de demandas que se apresentam para os assistentes sociais, são indissociáveis da dinâmica neoextrativista que vem redesenhando as economias dos países latino-americanos nas últimas décadas. Neste padrão, ditado pelas demandas do mercado internacional de *commodities* - perpassando a produção de alimentos, matérias primas e energia -, a acumulação capitalista se baseia na extração e exploração de bens naturais em grande escala, orientando-se para a exportação. Por esse motivo, as economias dos países latino-americanos vêm enfrentando uma nova onda de desindustrialização e reprimarização da estrutura econômica, na medida em que se privilegiam atividades extrativistas que incluem a exploração de recursos não renováveis – minerais e hidrocarbonetos – bem como recursos renováveis, através da produção agrícola, pecuária e florestal em larga escala ou da geração hidrelétrica (GUEREÑA, 2016; KATZ, 2016).

Este *novo extrativismo* coloca na mesma órbita de exploração um conjunto diverso de atividades que se produzem na lógica da espoliação e devastação ambiental (soja transgênica, mineração a céu aberto, hidrelétricas, plantações industriais de árvores, pesca industrial), expandindo, sem precedentes, o controle e a mercantilização da natureza e da vida. A apropriação privada por grandes corporações empresariais de bens naturais que servem à reprodução social da vida ou constituem parte do habitat territorial, detona uma crise multidimensional (econômica, energética, climática e alimentaria) que coloca ameaças reais à sobrevivência humana: América Latina

está conhecendo um capítulo da sua dependência que a acorrenta novamente a uma dinâmica de saque, contaminação, recolonização, guerras, violências e soluções autoritárias – mais úteis para “passar o rodo” de uma expansão brutal das relações capitalistas.

O paradoxo é que este mesmo chão histórico será compartilhado por governos de orientações políticas diversas e até antagônicas entre si: enquanto em alguns países avançaram governos críticos do receituário neoliberal no ciclo de 2000-2015, em outros, cresceram forças conservadoras de extrema direita. Apesar de diferenças substantivas que não podem ser negligenciadas, em ambos cenários, observa-se um aprofundamento da matriz extrativo-exportadora com presença (e maior ou menor controle) do capital transnacional.

Não podemos deixar de reconhecer que existem grandes diferenças entre os governos que ascendem com programas críticos ao receituário neoliberal, entretanto, todos eles funcionaram numa mesma “equação perigosa”: seus governos transitaram (com mais ou menos conflitos) sob um aprofundamento desse padrão, com primazia da agromineradora, o extrativismo, a indústria montadora e os serviços transnacionais, usando a “abundância” temporária do mercado de *commodities* para expandir políticas de distribuição monetária e melhoria relativa das condições de vida da classe trabalhadora, que, em muitos casos, não representaram uma redistribuição social real (BEHRING, 2016), nem foram acompanhados de processos de politização ou de construção de consciência em torno dos direitos conquistados.

No Brasil, os governos do PT concentrariam esforços para reduzir a pobreza extrema e absoluta e reverter algumas das consequências sociais mais cruas das políticas neoliberais da era FHC, mas sem interferir na orientação hegemônica da política econômica. A melhoria de alguns indicadores sociais; o aumento do investimento nas áreas sociais; o aumento do salário mínimo e do consumo; a expansão da oferta de emprego formal; se tornam ganhos *relativos* ao observar a permanência de uma estrutura tributária regressiva; o aumento da concentração da riqueza e da propriedade da terra; o aumento exponencial do preço da terra urbana; o crescimento dos acidentes de trabalho e da superexploração da força de trabalho; os lucros recordes dos bancos, isto é, a manutenção do núcleo duro da orientação neoliberal da política econômica (meta inflacionária, superávit primário, ajustes adequados à conjuntura, liberalização comercial e primazia das finanças, privatizações de nova geração)⁵. Na avaliação de Braga (2017), trata-se de um ciclo de relativo progresso material, mas que apresenta ao mesmo tempo, limites muito precisos, relacionados com uma fórmula híbrida que combina *formalização* com *precarização*: parte do que é conquistado com os rendimentos do trabalho pela valorização do salário mínimo se perde, por exemplo, com a elevada rotatividade do emprego ou com o alto custo de vida na cidade. Este conjunto de contradições fermentam uma insatisfação permanente das bases trabalhistas e subalternas.

Apesar de diferenças importantes que excedem as possibilidades deste artigo, trata-se de governos que apesar de críticos do neoliberalismo em muitos aspectos, mas que não foram capa-

⁴ Neste item dialogamos com alguns resultados da nossa pesquisa de pós-doutorado realizada no PPGSS da UERJ, sob orientação da Profa. Dra. Elaine Behring, parcialmente divulgados em Marro (2021).

zes de produzir uma mudança na matriz produtiva. As crises econômicas e políticas que se abririam nos anos posteriores, mostram que não se trata apenas de disputar uma parte da renda agrária ou petrolífera nas mãos do fundo público (ainda que essa estratégia tenha sido importante para enfrentar aspectos regressivos da história latino-americana), mas de alterar e quebrar esse padrão agroexportador que implica limites estruturais para o desenvolvimento pela sua própria equação: endividamento e dependência externa; destruição ambiental; super-exploração da força de trabalho; desigualdade social extrema a logo prazo, apenas para citar alguns obstáculos (KATZ, 2016).

Não é por casualidade que as frações econômicas dominantes, fortalecidas nos pactos de conciliação de classe, se verão ameaçadas pela intensa polarização social que caracteriza esse contexto de crise, e começarão a demandar a “devolução” ou o exercício exclusivo do poder governamental (SEOANE, 2016). É assim que, sobretudo a partir de 2012, associado à desaceleração econômica que resulta da queda do preço internacional das *commodities*, aumentam as tensões e a instabilidade política que levarão à crise ou à derrota dos governos que tinham proposto deslocamentos em relação à ortodoxia neoliberal ou que já não resultavam funcionais para garantir a “paz social”. As contradições temporariamente administradas no período de bonança econômica, se aprofundam quando boa parte desses governos se verão na pressão de implementar novas e maiores medidas de austeridade neoliberal que terminarão por minar as bases (tensas) de apoio popular (WEBBER, 2019).

Na *reação à brasileira*, o caminho escolhido será o golpe político-parlamentar em 2016 contra a presidente Dilma, com o objetivo de implementar o ajuste fiscal e as contrarreformas da agenda do grande capital, destacando-se a redução do custo da força de trabalho e a rifa do fundo público para o setor privado (DEMIER, 2017a). Em 2018, o cenário se expressa na vitória de uma candidatura de extrema direita e neofascista. Mattos (2020b) reflete sobre o sentido de classe deste governo para a grande burguesia, retratado na confluência de uma ideologia obscurantista neofascista, uma vertente ultraneoliberal, e a forte presença militar nos altos escalões do poder. Lançando mão de um amálgama ideológico preconceituoso e reacionário, atíça o ressentimento de segmentos assalariados médios que temem a proletarização – dirigido aos *de baixo*, que conquistaram durante os governos do PT melhorias relativas, mas altamente ofensivas aos privilégios das classes dominantes –, para realizar a agenda mais brutal e contrarreformista do período que se abriria. Dentre as forças econômicas que sustentam esta nova correlação de forças, devemos lembrar não apenas do capital transnacional (financeiro) e dos grupos econômicos de base nacional com projeção regional ou internacional; mas também de um conjunto de empresários (de menor proporção econômica) operando com atividades abertamente ilegais e violentas na cadeia de expropriações. O avanço desenfreado do garimpo ilegal; a liberalização de mais de 1500 tipos de

5 Cf. Mota (2012); Castelo (2013); Antunes e Braga (2014); Katz (2016); Behring (2018, 2019).

agrotóxicos nos últimos 3 anos; o desmatamento na Amazônia⁶ são algumas das estratégias predatórias associadas com esse neoxtrativismo de alta intensidade, característico do governo Bolsonaro.

O caos socioeconômico que deriva deste quadro redimensiona a fome, o desemprego e a desigualdade social, aguçando todas as expressões da questão social, num contexto de crise econômica e sócio-sanitária de envergadura. Segundo recente Relatório de Desenvolvimento Regional do PNUD (2022), os 10% mais ricos do Brasil concentram 57% da renda nacional. Por sua vez, dados do II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19, apontam que no ano de 2022, 33,1 milhões de pessoas não tem o que comer - contra 19,1 milhões no fim de 2020 -, representando 14 milhões de novos brasileiros/as em situação de fome. A destruição acelerada orquestrada por este governo das já precárias políticas de proteção social e desmonte de políticas sociais de combate à pobreza, mantém mais da metade da população brasileira (58,7%) em insegurança alimentar, redundando num quadro onde apenas 4 de 10 famílias tem acesso pleno à alimentação. Por outro lado, os orçamentos federais de 2021 e 2022 retratam a lógica intensificada do mesmo ajuste fiscal permanente que caracteriza a política macroeconômica orientada por metas fiscais de superávit primário - não é casualidade que a exceção que burla o teto dos gastos, sejam as medidas clientelistas e o balcão de negócios do governo Bolsonaro, conforme analisa Behring (2021). O orçamento de 2021 foi sancionado com um corte de quase 30 bilhões de reais nos gastos que se orientam à manutenção e investimentos nas políticas públicas. Já no orçamento de 2022 - que aponta uma queda do investimento público federal de 59% se comparado a 2012 -, se destaca uma alocação privilegiada do fundo público para beneficiar o agronegócio, a indústria do transporte e o poder militar, em detrimento de medidas mínimas que possam prometer crescimento econômico futuro compatível com um regime democrático que garanta direitos sociais ou políticas de corte mais universal⁷.

O neoxtrativismo de alta intensidade que se desenha no governo Bolsonaro - onde se combinam de forma letal neofascismo e ultraneoliberalismo - impacta profundamente nas condições de vida e de reprodução das classes subalternas, redesenhando as expressões da questão social que se repõem como demandas cotidianas para as/os assistentes sociais. Antes que produzir alimentos para os/as trabalhadoras, predomina a produção para o mercado de exportação; a

⁶ Segundo dados do Sistema de Alerta de Desmatamento do Imazon, a floresta amazônica registrou um crescimento de 29% de desmatamento em 2021 (pior índice em uma década), considerando que de janeiro a dezembro foram destruídos 10.362 km² de mata nativa, o que equivale à metade de Sergipe. Já em 2022, até agosto se contabilizam mais 8.000 km² de desmatamento - constituindo o maior dos últimos 15 anos -, sendo que apenas neste mês foram derrubados 1415 km² de floresta, que equivale a uma área quatro vezes maior do que Belo Horizonte. Por sua vez, observa-se uma intensa degradação da floresta, causada pela extração de madeira e pelas queimadas, que cresceu 54 vezes na região, em relação ao ano passado: a área degradada passou de 18 km² em agosto de 2021 para 976 km² em agosto de 2022. Cf. Imazon (17/1/22 e 16/9/22).

⁷ Defesa passa a receber maior parte do orçamento (aproximadamente 21%), superando transporte (15%), saúde (aproximadamente 9% num contexto de calamidade pública!) e educação (8%). Importante lembrar também que já em 2021, o Ministério de Meio Ambiente sofreu um corte de aproximadamente 35% do seu orçamento, que responde a uma deliberada destruição de qualquer medida de proteção ambiental. Cf. Neiva (2021).

terra interessa como mercadoria para a extração mineral ou a produção de biocombustíveis; o desmatamento e os incêndios degradam a floresta, com a intenção de disponibilizar mais áreas para o mercado de terras. A produção de *commodities* para atender as necessidades do mercado internacional, aumenta o custo de vida (desde o gás até o valor do aluguel), o preço dos alimentos e do transporte público; provoca uma inflação que mingua o poder de compra da classe trabalhadora; destrói economias de subsistência; intensifica a monetarização e mercantilização da reprodução social de comunidades rurais e tradicionais - na medida em que antigos bem comuns como água, terra, alimentos presentes na natureza, se tornam mercadorias -; provoca deslocamentos forçados para as periferias das grandes urbes; redimensionando dessa forma violências racistas e patriarcais, violências no campo e contra as populações indígenas⁸, que também se intensificam à luz do armamento da população⁹, da expansão das milícias, e da militarização das relações sociais.

A equação neoextrativismo x expansão de políticas sociais: leituras possíveis pela lente das lutas sociais

À continuação, buscaremos problematizar uma equação que caracterizou boa parte dos governos da região críticos ao neoliberalismo (no período 2000-2015), que manifestaram uma legítima preocupação com a redução da pobreza extrema, estando, portanto, no centro das tensões com movimentos e organizações populares de longa data que fizeram parte das suas bases de apoio e sustentação. Por motivos de espaço (e necessidade de pesquisas mais aprofundadas), não privilegiaremos na análise o ataque às políticas sociais perpetrado pelo governo Bolsonaro, e sua aposta em medidas clientelistas, moralistas, que descaracterizam qualquer possibilidade de garantir proteção social ou direitos sociais de cidadania para as classes subalternas. Inclusive porque neste governo neofascista, a ofensiva neoextrativista não vem acompanhada de qualquer pacto de conciliação de classe que persiga o crescimento econômico para equilibrar as demandas da burguesia com o enfrentamento das históricas desigualdades sociais e raciais que caracterizam o Brasil. Antes do que isso, o extrativismo de alta intensidade busca atender de forma exclusiva os interesses do grande capital.

⁸ Segundo dados da Hutukara Associação Yanomami (2022), a maior reserva indígena do Brasil passa pelo pior momento de invasões em 30 anos, considerando que 56% dos 27.000 habitantes da Terra Indígena Yanomami estão sendo afetados pelo garimpo ilegal. Nos últimos 3 anos, o garimpo ilegal na reserva praticamente triplicou, passando de 1200 hectares para 3272 hectares. Escravidão por dívida, aliciamento, violência sexual contra mulheres e crianças, assassinatos, malária e desnutrição infantil são algumas das suas principais consequências. Os relatos das mulheres, que denunciam inclusive o casamento de meninas crianças de 10, 11, 12 anos com garimpeiros, resultam espantosos. Cf também Bedinelli (13/9/22).

⁹ Segundo dados do Instituto Sou da Paz, divulgados pela Rede Brasil Atual, desde 2019, Bolsonaro editou mais de 40 decretos para facilitar o acesso de armas da população civil, significando numa realidade onde cerca de 1.300 armas são compradas por brasileiros a cada dia. Em 2018, havia 350 armas registradas nas mãos de civis, contra 1 milhão registradas em julho de 2022. Cf. Oliveira (Rede Brasil Atual, 12/9/22). A mesma fonte, com base em dados do DATASUS, constata que armas de fogo são o principal instrumento utilizado para perpetrar feminicídios que têm como principal vítima as mulheres negras, cuja taxa de mortalidade foi em 2019, duas vezes maior do que a de não negras (com 70,5% das vítimas). Cf. Instituto Sou da Paz (5/8/21).

A aposta no padrão primário-exportador, mesmo quando a preocupação dos governos críticos ao neoliberalismo trazia ao centro da estratégia o aumento da arrecadação para o enfrentamento da pobreza extrema, acarreta inúmeros custos políticos e sociais. Acontece que a *equação extrativismo x expansão de políticas sociais* promove um perverso “jogo duplo”, porque “tolera” o desastre ambiental em nome de acrescentar a renda pública para promover distribuição social. O problema é que essa falsa formulação que opõe o social ao ambiental, cria a ilusão de que as políticas sociais poderiam enfrentar tamanha destruição, e invisibiliza o fato de que muitas delas alargam o fosso da desigualdade que dizem atacar¹⁰. No longo prazo, é uma equação que mostraria seus limites.

Não podemos ignorar que as expressões da questão social que se multiplicam na região, sobretudo no cenário posterior à desaceleração econômica que se manifesta a partir de 2012-2014 – desemprego; superexploração da força de trabalho; destruição de economias de subsistência; empobrecimento das maiorias sociais impactadas pelo extrativismo; migrações e deslocamentos forçados – são conseqüências diretas dessa dinâmica. Quase como uma “síndrome” da dependência, se aposta no padrão primário exportador (e no mercado das *commodities*), como uma “oportunidade” para superar a pobreza, a recessão e a crise econômica, negligenciando suas conseqüências a longo prazo e a renovação, sempre mais profunda, das correntes da dependência.

Por sua vez, as políticas sociais de combate à pobreza ou de “transferência de renda”¹¹ – fundamentalmente assistenciais e operando sempre a “reboque” – encontram limites estruturais para reverter a desproteção social promovida pela expropriação em curso: *qual o efeito, em termos de proteção social, que uma política de transferência monetária pode promover, para uma família camponesa que foi forçosamente deslocada e perdeu sua terra – e sua economia de subsistência – em mãos de uma mineradora que se instala no seu território?*

Sitcovsky e Tavares (2012) identificam que estes programas *coincideram e subsidiaram a expansão do trabalho precário*, em um contexto onde o capitalismo não permite a criação de empregos protegidos ou sistemas de seguridade social mais amplos. Como programas sociais que permitem a reprodução de uma população precarizada e supérflua, constituem parte das estratégias do capital para enfrentar a crise, compatíveis com os novos métodos de exploração do trabalho. Já Boschetti (2018) aponta que, a assistência social, na forma de benefício monetário, participa cada vez mais das bases materiais da acumulação do capital, porque favorece processos de expropriação social de direitos do trabalho e da previdência, criando condições para a superexploração da força de trabalho. Na mesma direção, Behring (2018) identifica que se trata de políticas sociais que vêm sendo pensadas para *compensar a intensificação da exploração*, funcionando

¹⁰ Cf. Zibechi (2010); Mota (2012); Seoane, Taddei e Algranati (2013); Svampa (2019).

¹¹ Behring e Boschetti (2020), apresentam argumentos importantes sobre os programas assistências sob a modalidade de benefícios monetários, comumente chamados de “transferência de renda”. O uso das aspas se justifica pelo fato de serem parte do fundo público e não remuneração da força de trabalho – ainda que

como um impulso para a rotação do capital em contexto de crise estrutural, na medida em que promovem o consumo.

Portanto, não deveríamos negligenciar o fato de que, em alguns cenários, essas políticas sociais podem funcionar como incentivos diretos dos processos de expropriação dos territórios indígenas, camponeses e populares. Diversas políticas públicas e sociais recomendadas e financiadas pelo Banco Mundial (políticas alimentárias, habitacionais, políticas agrárias) fomentam a mercantilização da terra e demais bens naturais, como saídas possíveis para a crise dos países dependentes: não apenas porque financiam esse tipo de política de combate à pobreza para aquela família camponesa, mas também porque recomendam e pressionam governos a oferecerem isenção impositiva; mercado de créditos; flexibilização da legislação trabalhista e ambiental; construção de infraestrutura material e energética; colocando um leque de políticas públicas (e o fundo público) ao serviço da ofensiva extrativista e do processo de financeirização. Lembremos que:

Argentina e Brasil se destacam no contexto sul-americano como duas experiências paradigmáticas de promoção de políticas públicas estatais orientadas ao desenvolvimento do agronegócio e da agricultura transgênica¹².

São os exemplos do paradoxo de políticas alimentárias que supostamente se propõem enfrentar a fome por meio de um modelo construído pelas grandes corporações do agronegócio, que são as mesmas que provocam deslocamentos, desemprego, violência, contaminação e *fome*. Ou de políticas habitacionais que se propõem responder à necessidade de moradias populares por meio das fórmulas oferecidas pela indústria da construção, que com base nos seus interesses imobiliários, provocam a segregação urbana, o encarecimento do solo, a expulsão para as periferias, o endividamento dos trabalhadores e o *déficit habitacional*. Ambas contradições foram amplamente denunciadas por movimentos como o MST, o MPA, o MTST, dentre outros.

No longo prazo, os custos sociais e ambientais seriam bem maiores que os supostos benefícios econômicos imediatos proporcionados pelo padrão primário exportador. Inúmeros análises vão mostrar que muitas dessas atividades extrativistas não criam crescimento sustentável nem empregos estáveis, ao tempo em que destroem outros empregos e atividades econômicas pré-existentes. Por sua vez, promovem um padrão de crescimento econômico que não implica bem-estar social. Por que afirmamos que não promovem bem-estar social?

Em primeiro lugar, esta equação vem acompanhada de políticas neoliberais de ataque aos direitos sociais mais estruturantes. As contrarreformas trabalhista e da previdência, são alguns exemplos recentes que retratam essa tendência.

Por sua vez, este padrão de política social, na melhor das hipóteses, opera processos de distribuição monetária (que funcionam apenas em períodos de bonança econômica), que não im-

em muitos casos, única possibilidade de sobrevivência da superpopulação relativa estagnada –, destacando também seu baixo impacto redistributivo devido a um perfil tributário regressivo.

¹² Taddei (in SEOANE, TADDEI e ALGRANATI, 2013, p. 163-164; *tradução nossa*).

plicam necessariamente verdadeiros processos de redistribuição social. Redistribuição social demanda estreitar as brechas da desigualdade e, portanto, da concentração da renda e da riqueza, dependendo muito mais dos recuos impostos por lutas sociais radicais. Se os grandes lucros dos bancos crescem de forma recorde, não se reduz a desigualdade social, por mais que se expandam políticas de transferência monetária, sobretudo porque os impostos recaem de forma mais intensa sobre o trabalho que sobre o grande capital. Tal como destaca Behring (in BOSCHETTI, 2018), ainda que as políticas sociais não tenham a capacidade de retrair a base social da exploração, elas têm importância real nas condições de reprodução dos trabalhadores, e, portanto, podem compensar relativamente alguns impactos desse processo: é por esse motivo que a fragilização das políticas sociais permite ampliar a exploração. A partir da incidência regressiva da carga tributária (e da nova punção sobre os salários que implica a prevalência de impostos sobre o consumo)¹³, esse padrão de política social não tem necessariamente grandes impactos redistributivos. Como as políticas sociais vêm sendo cada vez mais financiadas horizontalmente pelos trabalhadores, provocam alguma redistribuição de renda entre os mesmos (muito importante para segmentos consideráveis das massas trabalhadoras), mas sem qualquer incidência vertical significativa. Nas palavras da autora, “[...] há que considerar que a força de trabalho paga a conta efetivamente: produzindo mais-valor, sofrendo a ‘exploração tributária’ [...], e sendo expropriada quando, na nova repartição, o fundo público a ela não retorna para sua reprodução” (*idem*, p.195).

Terceiro, porque é impossível promover bem-estar social esgotando e destruindo bens naturais essenciais para a vida humana. Finalmente, porque muitas dessas atividades extrativistas encontram generosas isenções impositivas – verdadeiras renúncias fiscais, como aponta Salvador (2017) – que superam muito as retenções impositivas que voltam ao fundo público, estrangulando os investimentos em políticas sociais¹⁴.

Lutas sociais contra a expropriação extrativista¹⁵

As lutas de América Latina vêm se destacando no mapa das resistências contra o neoextrativismo. A partir de um legado de intensas revoltas de massas contra o neoliberalismo, entre os anos '90 e 2000, assistimos ao protagonismo de indígenas, camponeses, desempregados que irromperam em países como Argentina, Equador, México, Bolívia, Paraguai, Chile, Venezuela. Revelam a presença de diversos sujeitos que emergiram desde a subalternidade histórica e protagonizaram um ciclo antagonista, criando impulsos de rebelião e autonomia contra o avanço do grande capital (MODONESI, 2010).

¹³ Segundo Salvador (2018), no Brasil a carga tributária incidente sobre o consumo e a tributação direta sobre os salários dos trabalhadores correspondem a mais de 70% da arrecadação tributária.

¹⁴ Cf. Seoane, Taddei, Algranati (2013); Katz (2016); Pinassi (2016); Svampa (2019). Na trilha das análises de Behring; Boschetti e Granemann (in BOSCHETTI, 2018), podemos afirmar que esses mecanismos fazem parte das contrarreformas orçamentárias que constroem de forma permanente os investimentos nas políticas sociais, restringindo a participação do Estado no processo de distribuição de parcelas do excedente e do trabalho necessário.

¹⁵ *Idem* nota 4.

O Brasil fará de forma mais tardia sua entrada neste cenário de grandes convulsões. É inegável que entre as décadas de '90 e 2000, se observa um esfriamento dos conflitos sociais (um refluxo das lutas de massas), primeiro marcado pelo recuo do movimento sindical e o desmanche dos movimentos de base, atacados de morte pela ofensiva neoliberal; depois, pela derrota da contrahegemonia antagônica que emergira nos anos 80 (em torno da direção do PT, mas com a presença de um encorpado movimento popular e sindical).

Ao olhar para a década de 2000, os autores analisados coincidem na acomodação política que a caracteriza, aparecendo sinais de reversão só no seu final – associado ao estreitamento das margens de manobra dos consensos. Ainda que a luta reivindicativa não tenha refluído (lembramos dos Fóruns Sociais Mundiais; a explosão dos movimentos por moradia nas grandes cidades com destaque para o MTST; a agitação do movimento estudantil), a luta mais ofensiva contra o modelo neoliberal perde terreno.

No âmbito regional, a nova ofensiva extrativista que busca compensar os efeitos da crise que se torna agora mais visível para América Latina, mostra os primeiros sinais de esgotamento das concessões e esfria as apostas conciliatórias dos governos. É a hora de um novo ciclo de austeridade generalizada. Instabilidade, mobilização de segmentos reacionários e aumento dos protestos serão o tom que caracteriza os próximos lustros, num cenário de crise econômica mundial.

No Brasil, os anos de 2011 e 2012 estão marcados por protestos pela redução da tarifa do transporte público em várias cidades (mesma reivindicação que seria o estopim de Junho de 2013, mas também das rebeliões chilenas de 2019); greves do funcionalismo público e de categorias importantes (como bancários e correios); mobilizações contra o Novo Código Florestal; e importantes protestos nas obras do PAC.

No caso da hidrelétrica de Belo Monte, os protestos envolvem ações diretas lideradas por indígenas, pescadores e agricultores, mas também conflitos com os trabalhadores da construção civil – precários, 7 mil trabalhadores terceirizados, cruzaram os braços por 12 dias. Inclusive, os trabalhadores das usinas hidrelétricas de Belo Monte, Jirau e Santo Antônio, realizam oito greves entre 2011 e 2013. Quase como uma ironia da história, estes trabalhadores precários que sofrem nas mãos de um capital que se monopoliza (também se utilizando da poupança compulsória de trabalhadores mais bem posicionados, que via fundos de investimentos, aplicam suas ações em obras do mapa extrativista), se rebelam por fora dos canais sindicais clássicos.

O mesmo ritmo da espoliação imposta pelo padrão primário exportador se faria sentir também na resistência dos operários das obras dos estádios para a Copa do Mundo; do Porto do Suape e dos canteiros petroquímicos do Estado do Rio de Janeiro (no Comperj), onde 15 mil trabalhadores terceirizados permaneceram 31 dias parados. Por sua vez, em 2013, ganham notoriedade protestos indígenas que dizem respeito à demarcação de terras, conflitos que se acirram no contexto de construção dessas grandes obras¹⁶.

¹⁶ Cf. Braga (2017); Tatagiba e Galvão (2019).

É assim que, em proporção direta ao avanço da agro mineração e da indústria extrativista, assistimos a um novo ciclo – heterogêneo, fragmentado e às vezes convergente – de conflitos sociais de proporções regionais que encontram, sobretudo, mulheres, indígenas, camponeses e trabalhadores urbanos precarizados, travando lutas defensivas e de resistência. Desnadam as falsas promessas de “emprego” e “desenvolvimento” que acompanham esses grandes empreendimentos de economias de enclave que estão amarradas estruturalmente nas correntes da dependência¹⁷.

Brasil entra no mapa da convulsão social de forma relativamente tardia em relação à América Latina. É provável que os caminhos da conciliação de classes, propostos pelos governos do PT, tenham feito sua parte para canalizar os conflitos sociais nas margens institucionais, pelo menos até finais da década de 2000. Quando irrompem as mobilizações de massa de junho de 2013, de forma episódica e fragmentada, os subalternos vão denunciar os efeitos deletérios das políticas neoliberais sobre as condições de reprodução das massas trabalhadoras, que não podem mais ser contidos com mecanismos *transformistas*: a intensa mercantilização das cidades; a precarização de políticas sociais mais estruturantes (como educação e saúde); a superexploração da força de trabalho via trabalho precário; a violência das classes dominantes que apela sistematicamente ao extermínio policial (nas periferias e com um corte claramente racializado).

Desde 2010, o número de greves começaria a crescer, observando-se em 2013 um aumento de 134% em relação às greves de 2012, com a ultrapassagem das 2000 greves anuais, parâmetro que se mantém de forma aproximativa no período de 2013 a 2016. Segundo Mattos (2020a, 2020b), o impacto de Junho sobre os movimentos sindicais pode ser sentido não apenas pelo salto brusco na curva de greves (de 879 em 2012, para 2.057 em 2013), mas também no formato das mobilizações, muitas à revelia ou contra as direções sindicais – como nos belíssimos exemplos dos Garis no carnaval carioca de 2014 e dos metroviários em São Paulo. Interessante notar que, especificamente no caso dos Garis, se trata de frações precarizadas das classes trabalhadoras, vinculados à área dos serviços, distantes de tradições sindicais e profundamente reconfigurados pela financeirização. Não é casual, na medida em que muitos sindicatos clássicos se tornaram mecanismos de disciplinamento dos trabalhadores, ou até distantes destes novos segmentos de classe precários, não sindicalizados, instáveis, apontando profundas transformações no seu perfil.

Observando dados sobre protestos, sistematizados por Tatagiba e Galvão (2019), 2015-2016 representa um novo pico de mobilização (considerando a difusão territorial e número de participantes), que se relaciona tanto com o contexto de polarização social em torno do governo, quanto com os impactos da crise capitalista nas condições de vida. Lembremos que em 2015, foram convocadas três jornadas de luta contra a ampliação da terceirização, enquanto em 2016 e 2017, observam-se importantes mobilizações contra Temer e as contrarreformas trabalhista e previdenciária. Ainda que com números decrescentes em relação a 2016, em 2017 e 2018 as gre-

¹⁷ Cf. Seoane (in SEOANE, TADDEI, ALGRANATI, 2013; 2016).

ves ainda se encontram num patamar elevado (são 1566 e 1453 greves respectivamente, segundo o DIESSE, 2018 e 2019). Seguindo uma tendência de queda, em 2019 se observa um número nada desprezível de 1118 greves, sendo que 82% incluiriam itens de caráter defensivo na pauta de reivindicações (DIEESE, 2020).

Trata-se de um cenário de intensificação do conflito social, mas claramente defensivo, sobretudo se avaliarmos o desenlace trágico, de “pacificação à direita” que se abriria para o Brasil. A onda de mobilizações desencadeada em junho de 2013, no sentido das pautas mais progressistas que emergem das necessidades de reprodução das massas subalternas, seria contida. Apesar do rico laboratório de mobilização social, não superariam seu formato mais fragmentário e heterogêneo, atijando inclusive a reorganização dos mecanismos burgueses de dominação, no contexto da crise capitalista que se acirra em 2014. Neste cenário se gesta o golpe de 2016 e fermentam as forças reacionárias que se expressariam politicamente no neofascismo à brasileira (BRAGA, 2017; MATTOS, 2020b).

Um mesmo quadro de instabilidade política, mobilização das direitas e nova onda de protestos parecem caracterizar o panorama latino-americano. Ele expressa os efeitos dos ciclos de ajuste estrutural que a crise capitalista cobra de forma cada vez mais violenta, num cenário de reduzidas taxas de crescimento econômico. No Brasil de Temer, o golpe vai garantir um ajuste fiscal que leiloe o futuro por 20 anos, ao tempo que o parlamento aprovará uma contrarreforma trabalhista que desarma direitos históricos conquistados pelos trabalhadores desde os anos '30, pois é uma exigência das classes dominantes para passar o rodo da terceirização. A vitória de Bolsonaro no apagar das luzes de 2018 tem um claro significado de classe, completando o quadro de aceleração da retirada de direitos dos trabalhadores, aprofundamento da superexploração da força de trabalho e de transferência mais intensa do fundo público para o grande capital (MATTOS, 2020b).

Para América Latina, o ano de 2019 amanhece polarizado. De um lado, assistimos a uma nova onda de revoltas de massas contra a austeridade neoliberal no Chile, no Equador, no Peru e no Haiti. De outro, o golpe na Bolívia e a ascensão do neofascismo no Brasil. A grande disputa também se processa no plano eleitoral, com a vitória de Lopez Obrador no México e Fernandez na Argentina. Antes da tragédia da pandemia, as mobilizações de massas (de magnitude popular inusitada) pareciam apontar que as classes subalternas voltavam ao ataque contra o neoliberalismo, identificando-o como responsável pela desintegração social da América Latina (KATZ, 2019).

O estopim das mobilizações no Equador tem como alvo o encarecimento do transporte e do custo de vida, a partir de um conjunto de medidas antipopulares implementadas por Lenin Moreno, que propõe cortar subsídios à gasolina e ao diesel, dentre tantas outras medidas neoliberais exigidas pelo FMI como contrapartida aos empréstimos contraídos para superar a crise econômica. Estas medidas serão fortemente contestadas pelo protagonismo dos movimentos indígenas e populares, que apesar da intensa repressão, conseguem mobilizar estudantes, trabalhadores, mulheres e movimentos de bairro, em revoltas e greves que paralisam o país por mais de 15 dias consecuti-

vos¹⁸. No Chile, as mobilizações contra a austeridade, explodem quando se enuncia um aumento da tarifa do metrô público de Santiago, encontrando o protagonismo de um movimento estudantil que já tinha se mostrado como uma força antagonista renovada (em 2006, com a *revolta dos Pinguins*, e em 2011, com a mobilização de estudantes universitários). Manifestações massivas, interessantes dinâmicas de autodefesa e formas de auto-organização territorial confluem com a presença destacada de um importante movimento feminista de esquerda e militante, massivo, heterogêneo e transversal aos movimentos sociais. Da mesma forma que na Argentina, a existência de um movimento feminista popular, diverso e de massas expressa uma capacidade contrahegemônica importantíssima: ao transversalizar o feminismo dentro do movimento social das classes subalternas, expandindo a crítica ao patriarcado e a perspectiva feminista na atividade das diversas organizações políticas e sociais, rompe o cerco da subalternidade que ameaça a coagular-la como uma luta corporativa (ou uma mera “identidade”) e devolve um outro significado ao movimento feminista. Por sua vez, pelo seu caráter diverso e de massa – que conseguiu impregnar todas as organizações do arco político progressista e de esquerda –, é um movimento difícil de institucionalizar (GAGO, 2020). Os feminismos - no plural -, vêm demonstrando também uma capacidade de desestabilização global significativa, seja através da greve, seja pela pauta da legalização da interrupção voluntária da gravidez e contra a criminalização das mulheres.

Este é o chão histórico onde também se mobilizam os precarizados trabalhadores de aplicativos (com a interessante articulação dos *Entregadores Antifascistas*) e importantes organizações do campo popular no Brasil para responder às necessidades de sobrevivência das massas subalternas durante a pandemia: campanhas de solidariedade com toneladas de alimentos agroecológicos produzidas pelos movimentos do campo ou doadas pelos trabalhadores urbanos; mobilização das periferias e auto-organização dos territórios para construir práticas de cuidado e saúde frente ao planejado abandono genocida do Estado (MATTOS, 2020a). No atual cenário histórico, a mobilização das forças políticas e partidárias está centrada no desafio de derrotar Bolsonaro nas urnas, ainda que as lutas das classes subalternas deverão enfrentar uma correlação de forças políticas e econômicas que permanece para além das eleições. Como desfazer a adesão e o universo de sentidos que o bolsonarismo deu a uma parte das classes trabalhadoras? Trata-se de uma identificação regressiva, dessagregadora, amalgamada a partir de valores retrogradados, degradados, que mobiliza o ressentimento social, expressando uma baixa qualidade da vida política e coletiva. Pautar as grandes necessidades sociais que emergem nesta conjuntura histórica, politizar a juventude, coloca-la em movimento, conduzir as frustrações para um horizonte de organização e desfazer essa identificação regressiva que representa o bolsonarismo, serão algumas das urgências das lutas das classes subalternas.

A modo de conclusão

¹⁸ Cf. Weber (2019); Hidalgo Flor (2019); Aroca (2020).

Em todos estes impulsos de rebelião que retratamos, prevalecem demandas relacionadas com o processo de reprodução das classes subalternas, cada vez mais fragilizado pela expropriação e exploração capitalista. Daí a necessidade de compreender a dinâmica ampliada da acumulação capitalista (que envolve extrativismo, superexploração do trabalho no campo e na cidade, expropriação de territórios e mercantilização acelerada de bens naturais) e os circuitos do antagonismo social que emergem daí, não de forma automática, mas mediada pela auto-organização dos subalternos. A luta anticapitalista para enfrentar o capital extrativista parece ter vetores fundamentais nos movimentos feministas e indígenas; na resistência à destruição dos bens comuns da natureza e nos trabalhadores precarizados. Estes sujeitos têm privilegiado repertórios de luta que envolvem a ação direta, a ocupação de territórios, os bloqueios, de forma articulada a formas mais clássicas como greves e paralizações. Atuação que se relaciona com transformações estruturais e político-ideológicas que atravessam de forma profunda à classe.

Especificamente em relação aos movimentos feministas, algumas pautas político-organizativas vêm funcionando como vetores centrais da resistência subalterna: a produção de uma consciência teórica e de uma atuação política em torno da relação intrínseca entre violência patriarcal e acumulação capitalista; assim como uma leitura sobre o significado da subjugação da mulher às suas engrenagens (seja do seu trabalho reprodutivo; seja do seu corpo e da sua sexualidade). Nessa direção, a greve feminista – com a sagaz palavra de ordem: *se as mulheres param, o mundo para!* – joga luzes sobre o trabalho gratuito das mulheres; sobre as desigualdades sexistas e racistas do mercado de trabalho; sobre o significado do controle da capacidade reprodutiva e da criminalização das mulheres. Pautas fundamentais para o Serviço Social.

A pauta da produção e do acesso aos alimentos pode ser um caminho importante na perspectiva de unificação das classes subalternas (que estão no campo e nas grandes periferias urbanas), vinculando-os à crise ambiental e financeira¹⁹, num contexto de aumento vertiginoso da fome da desigualdade social. A luta pela terra, a luta das comunidades tradicionais em torno do seu território, ganha uma importância fundamental frente à agudização destas expressões da questão social, ainda mais quando movimentos importantes como o MST ou o MPA questionam não apenas a propriedade da terra, mas também: as relações de trabalho; a divisão sexual do trabalho; as condições tecnológicas e ambientais da produção de alimentos; o destino e o grau de acesso a esses alimentos pelo conjunto dos trabalhadores; a soberania alimentar.

Estas lutas nos mostram que inúmeros são os territórios marcados pelos processos de exploração e expropriação que o capital promove: as fábricas; os serviços; o corpo das mulheres; as cidades; o campo; os habitats indígenas e quilombolas; os bens comuns da natureza presentes nas águas e nas florestas. São estes, os traços de resistência que perpassam as expressões da questão social que constituem o dia a dia do trabalho dos assistentes sociais, e por esse mesmo motivo, precisam comparecer nas nossas análises e estratégias de atuação profissional. Se as

¹⁹ Os livros de Seoane, Taddei, Algranati (2013) e Svampa (2019) trazem importantes balanços nessa direção.

desigualdades sociais não são silenciosas, se elas estão nas bandeiras dos movimentos populares, se elas pulsam nos gritos das periferias e quebradas, se elas brotam das lutas do campo e das comunidades tradicionais, elas devem ser valorizadas como espaços de construção de saídas e respostas coletivas frente à fome, o desemprego, as violências patriarcais.

Referências

ANTUNES, Ricardo e BRAGA, Ruy. Os dias que abalaram o Brasil: as rebeliões de junho, julho de 2013 (p.41-47). **Revista de Políticas Públicas**. São Luiz, número especial, 2014.

AROCA, Karla. Paro nacional Ecuador 2019. Entre las políticas neoliberales y el resurgimiento del movimiento social ecuatoriano. **CEPA – Centro Estratégico de Pensamiento Alternativo**. Bogotá, nº30, ano XV, Vol. III, p.20-27, jun-dez. 2020.

BEDINELLI, Talita. Reportagem: Por que os garimpeiros comem as vaginas das mulheres Yanomami? **Samaúma**, 13/9/22. Disponível em: <https://sumauma.com/por-que-os-garimpeiros-comem-as-vaginas-das-mulheres-yanomami/>. Acesso em: 15 setembro 22.

BEHRING, Elaine. Fundo público: um debate estratégico e necessário. ABEPSS, **Anais do XV ENPESS**, Ribeirão Preto, 2016.

_____. Estado no capitalismo: notas para uma leitura crítica do Brasil recente. BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine; LIMA, Rita de L. (Orgs). **Marxismo, política social e direitos**. São Paulo, Cortez, 2018.

_____. Ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil da redemocratização. IN SALVADOR, Evilásio; BEHRING, Elaine; LIMA, Rita de L. (Orgs). **Crise do capital e fundo público**. São Paulo, Cortez, 2019.

_____. Orçamento no governo Bolsonaro. Entre a letalidade e o clientelismo. **Esquerda Online**, 11/05/2021. Disponível em: https://esquerdaonline.com.br/2021/05/11/orcamento-no-governo-bolsonaro-entre-a-letalidade-e-o-clientelismo-1/?doing_wp_cron=1663089035.7319450378417968750000. Acesso em: 13 setembro 2022.

BRAGA, Ruy. **A rebeldia do precariado**. Trabalho e neoliberalismo no Sul global. São Paulo, Boitempo, 2017.

CASTELO, Rodrigo. O canto da sereia. Social-liberalismo, novo desenvolvimentismo e supremacia burguesa no capitalismo dependente brasileiro. **Em Pauta**, UERJ: Rio de Janeiro, 1º semestre de 2013, nº 31, v. 11.

COELHO, Eurelino. Estado ampliado, política apequenada. IN MATTOS, Marcelo Badaró (Org.). **Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro, Consequência Editora, 2017.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATISTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Balanco das greves de 2017, 2018 e 2019, 2020**. Vários acessos. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/balancodasgreves.html> (acesso em 7 de janeiro de 2021).

DURIGUETTO, Maria Lúcia; MARRO, Katia. Serviço Social, lutas e movimentos sociais: a atualidade de um legado histórico que alimenta os caminhos de ruptura com o conservadorismo (p.97-118). In: SILVA, Maria Liduína. **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

GAGO, Verónica. **A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo**. São Paulo, Elefante, 2020.

GUEREÑA, Arantxa. **Desterrados**: Tierra, poder y desigualdad en América Latina. Reino Unido, OXFAM, 2016. Disponível em: http://209.177.156.169/libreria_cm/archivos/pdf_1485.pdf (acesso em 10 de junho de 2017).

HIDALGO FLOR, Francisco. Ecos de la revuelta indígena/popular y Parlamento Social. **Herramienta Web**. Buenos Aires, Herramienta, nº27, dic. 2019. Disponível em: <https://herramienta.com.ar/articulo.php?id=3122> (acesso em 10 de agosto de 2020).

HUTURAKA ASSOCIAÇÃO YANOMAMI. Yanomami sob ataque. Abril de 2022. Disponível em: <prov0491.pdf> (<socioambiental.org>). Acesso em: 10 maio 2022.

IAMAMOTO, Marilda. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília (DF): ABEPSS, ano 2, n. 3, p. 9-32, jan./jun. 2001.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____ e CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço social no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Cortez, Lima: CELATS, 1986.

IMAZON. Desmatamento na Amazônia cresce 29% em 2021 e é o maior dos últimos 10 anos. 17/1/22. Disponível em: <www.imazon.org.br>. Acesso em: 16 setembro 22.

_____. Desmatamento na Amazônia chega a quase 8 mil km² em 2022, pior acumulado em 15 anos. 16/9/22. Disponível em: <www.imazon.org.br>. Acesso em: 16 setembro 22.

INSTITUTO SOU DA PAZ. Arma de fogo é principal instrumento usado para tirar vida de mulheres no Brasil. 5/9/21. Disponível em: <https://soudapaz.org/noticias/arma-de-fogo-e-principal-instrumento-usado-para-tirar-vida-de-mulheres-no-brasil-revela-relatorio-do-instituto-sou-da-paz/>. Acesso em 16 setembro 22.

KATZ, C. **Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo e socialismo**. São Paulo: Expressão Popular / Perseu Abramo, 2016.

_____. Los protagonistas de la disputa en América Latina. **Herramienta Web**. Buenos Aires, Herramienta, nº27, dic. 2019. Disponível em: <https://herramienta.com.ar/articulo.php?id=3122>. Acesso em: 10 agosto 2020.

MARRO, Katia. **Reflexiones para una comprensión histórico-crítica del movimiento social en sus múltiples dimensiones**. La Plata: Dynamis, E-Book, 2013.

_____. Espírito de cisão, lutas sociais e insurgências populares em um Brasil Latino-Americano. **Práxis e Hegemonia Popular**. Revista da IGS Brasil, Marília, SP, vol. 6, nº8, p. 97-111, junho de 2021. ISSN 2526-1843. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/PHP/article/view/12814/8344>. Acesso em: 10 setembro 2022.

_____; ABRAMIDES, Maria Beatriz; GUIMARÃES, Maria Clariça et al. Questão social e lutas sociais nas diretrizes curriculares do serviço social. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 21, nº42, p. 261-276, jul/dez.2021, Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/37232>. Acesso em: 10 setembro 2022.

MATTOS, Marcelo Badaró. As lutas sociais no Brasil da pandemia: sinais de reorganização? **Esquerda Online**, 19/06/2020a. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2020/06/19/as-lutas-sociais-no-brasil-da-pandemia-sinais-de-reorganizacao/>. Acesso em: 22 junho 2020.

_____. **Governo Bolsonaro**. Neofascismo e autocracia burguesa no Brasil. São Paulo, Usina Editorial, 2020b.

MODONESI, Massimo. **Subalteridad, antagonismo y autonomía**: marxismos y subjetivacion politica. Buenos Aires, Clacso/Prometeo, 2010.

MOTA, Ana Elizabeth (Org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia**: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012.

NEIVA, Lucas. O orçamento para 2022 prevê o menor investimento em 10 anos. **Uol**, 21/12/21. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/orcamento-para-2022-preve-menor-investimento-em-10-anos/>. Acesso em: 5 abril 2022.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista y servicio social**. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. Cinco notas a propósito da “Questão Social”. **Temporalis**, Brasília (DF): ABEPSS, ano 2, n. 3, p. 41-50, jan./jun. 2001.

OLIVEIRA, Cida. Após mais de 40 decretos de Bolsonaro, brasileiros compram 1300 armas por dia. **Rede Brasil Atual**, 12/9/22. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2022/09/apos-mais-de-40-decretos-de-bolsonaro-brasileiros-compram-1-300-armas-por-dia/>. Acesso em: 16 setembro 22.

PINASSI, Maria Orlanda (Org.). **Dimensões da miséria desenvolvimentista**. Brasil / América Latina. São Paulo, Alameda, 2016.

PNUD. Relatório Regional de Desenvolvimento Humano para América Latina e Caribe. **Presos em uma armadilha?** Desigualdade e crescimento econômico na América Latina e no Caribe, 2022. Disponível em: <https://www.undp.org/latin-america/regional-human-development-report-2021>. Acesso em: 13 setembro 2022.

Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil**. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert : Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em: 13 setembro 2022.

SEOANE, José. Ofensiva neoliberal y resistencias populares: una contribución al debate colectivo sobre el presente y el futuro de los proyectos emancipatorios en Nuestra América. **Revista Debates Urgentes**. Buenos Aires, nº 4, 2016.

_____, TADDEI, Emiliano e ALGRANATI, Clara. **Extractivismo, despojo, crisis climática**. Desafíos para los movimientos sociales y los proyectos emancipatorios de Nuestra América. Buenos Aires, Herramienta – El Colectivo, 2013.

SOARES, Maria Raimunda P. Lutas e resistências quilombolas no Brasil: um debate fundamental para o Serviço Social. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 18, n 46, p. 52-67, 2020.

SVAMPA, Maristella. **Las fronteras del neoextractivismo en America Latina**. Conflictos socio-ambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias. Guadalajara, CALAS, 2019.

TAVARES, Maria Augusta e SITCOVSKY, Marcelo. O caráter provisório dos mecanismos de reprodução da força de trabalho. In MOTA, Ana Elizabeth (Org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia**: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012.

TATAGIBA, Luciana e GALVÃO, Andreia. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). **Opinião Pública**. Campinas, vol.25, nº1, jan-abril 2019, p. 63-96.

WEBBER, Jeffery. Entrevista. Rebelión, reformismo y reacción en América Latina (por Ashley Smith). **Rebelión**, 15/11/19, p.1-27. Disponível em: <https://rebelion.org/rebelion-reformismo-y-reaccion-en-america-latina/> (acesso em 30 de julho de 2020).

ZIBECHI, Raúl. **Política y miseria**. Una propuesta de debate sobre la relación entre el modelo extractivo, los planes sociales y los gobiernos progresistas. Buenos Aires: La Vaca editora, 2010.

NOTAS

* Kátia Iris Marro

Licenciada em Trabalho Social pela Universidad Nacional de Rosario (Argentina); mestre e doutora em Serviço Social pela UFRJ; pós-doutora em Serviço Social pela UERJ; professora associada do Curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, Campus e Rio das Ostras; coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Lutas Sociais e Classes Subalternas, da mesma instituição. Suas áreas de pesquisa e atuação profissional se relacionam com as lutas e movimentos sociais da América Latina, desenvolvendo ações de extensão junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

E-mail: katiamarro@id.uff.br

<https://orcid.org/0000-0001-8644-8508>

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO:

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM:

Não se aplica

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA:

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES:

Não se aplica

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à Revista Goitacá os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution (CC BY) 4.0 Internacional. Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal Fluminense. Publicação no Portal de Periódicos UFF. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Ana Claudia de Jesus Barreto e Juliana Desiderio Lobo Prudencio

HISTÓRICO

Recebido em: 17-09-2022 – Aprovado em: 16-10-2022 – Publicado em: 29-12-2022.